

NOVA ESQUERDA SOCIAL-LIBERAL EM BERLIM

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, página 3,
em 15 de junho, 2000.

While in Europe recent redefinitions of the left and the right opened new perspectives for the region, whose leading countries already display the more advanced political and social regimes existing in the world, United States, although the richer of all countries, trails behind in democratic governance, and the Latin America countries come way behind.

The meeting in Berlin, in the first semester of 2000, of the Progressive Governance group, formed by 14 social-democratic heads of government, was a historical mark. For the first time the more important democratic countries, which could be defined as having a social-democrat government, got together to discuss values, common objectives, and some specific issues of general interest. Thus, there was a clear ideological character in the meeting. Leading democracies, like Japan, Spain, and India were not invited because have not in office social-democratic but conservative administrations.

In the globalized world we live, the rich countries present in Berlin represent the new left, more specifically the new social-liberal left, that overcome the old historical divide between liberalism and socialism, and said that these are the two major ideologies that shape the present and the future. Capitalism – a form of organization of production and property – is opposed to statism – an alternative form, not to socialism, that should be understood as an ideology: as the affirmation of the social rights. Liberalism is another ideology asserting civil rights – liberty, property, and respect – and the belief that markets, even imperfect, is insuperable in allocating scarce resources. In 1989, statism, not socialism, was definitively defeated: state ownership and plans as substitutes for markets proved inefficient. But even victorious, there is no “pure” capitalist economies: all are mixed economies, where the state play a significative role in correcting particularly the distributive failures inherent to markets.

If liberalism is the ideology behind individualism and freedom, socialism is the complementing ideology of cooperation and social justice. 1989 showed that there is not an alternative to capitalism, except a mixed economy. The existence of

many possible combinations between liberalism and socialism show that there many forms of capitalisms and democratic governance, that will, by definition, protect freedom, but will vary in how much they are able to achieve the ideals of efficiency (economic growth) and social justice.

In Berlin these distinctions were relatively clear for the European participants. Particularly for the continental ones. They were lesser clear for the Anglo-saxan countries, but the difference was small. The basic distinction originated in the for developing countries present in the meetingy: Brazil, Argentina, Chile, and South Africa.

A proposta da esquerda clássica era substituir o capitalismo pelo socialismo: substituí-lo de uma forma revolucionaria em um primeiro momento, gradualmente na versão social-democrata original do início do século. Mas nos dois casos o socialismo era definido como a economia planejada em que a propriedade dos meios de produção foi abolida. Através de todo o século esta visão foi sendo questionada, seja em função do autoritarismo e do afinal colapso da experiência comunista, seja pela prática bem-sucedida dos partidos social democratas europeus em construir sociedades mais desenvolvidas e mais justas.

Ainda nos anos 30 a esquerda começou a pensar no plano teórico em um socialismo de mercado ou em um socialismo liberal. Já nos anos 70 os partidos social-democratas, sem abandonar a idéia do socialismo, passavam a entendê-lo como a uma economia que continua de mercado mas supera o capitalismo e se torna justa do ponto de visa social porque passa a assegurar a igualdade de oportunidade. Sem considerar os escandinavos, que sempre adotaram essa posição, o primeiro partido no poder a adotá-la foi o Partido Socialista alemão, com Helmut Schmitt no governo, ainda nos anos 70; depois foi o governo de Felipe Gonzalez, na Espanha, em 1980; em seguida, o segundo governo François Mitterrand, na França, em 1983, com Laurent Fabius como primeiro ministro. Em 1997 temos afinal a nova esquerda assumindo o poder na Inglaterra, com Tony Blair.

Blair, entretanto, traz uma novidade. Não apenas um nome para o movimento, “terceira via”, ou o “novo trabalhismo”, mas também um conjunto de idéias bem estruturado, que terá como principal responsável um notável sociólogo, Anthony Giddens. Com Blair, Giddens, e toda uma equipe de intelectuais e políticos, a nova esquerda, que na França tivera em Rocard seu pioneiro teórico e prático, ganha afinal consistência ideológica.

A nova esquerda, que seu reuniu em Florença e em Berlim, quer uma economia de mercado mas uma sociedade de iguais. Acredita que um mercado verdadeiramente livre e o acesso universal e gratuito à educação, devem levar à igualdade de oportunidade. Que um sistema de segurança social, orientado na direção de uma renda mínima, deve levar a eliminação da pobreza.

A nova esquerda é liberal porque acredita no mercado e na democracia, mas é também social porque está disposta a arriscar a ordem em nome da justiça social,

porque vê na liberdade – expressa em uma democracia que se aprofunda e se radicaliza – o caminho mais seguro para o socialismo democrático. Por isso, embora eu saiba muito bem que no passado liberalismo e socialismo foram vistos como opostos, os socialistas confrontando os liberais, considero hoje legítimo afirmar que a esquerda moderna é socialista e liberal.

Parte dos dirigentes da nova esquerda preferem não falar em socialismo porque o termo ainda possui conotações desfavoráveis em muitos países devido ao seu anterior comprometimento com o estatismo. E porque o socialismo almejado, embora não seja uma utopia, só será alcançado depois de uma longa caminhada. Nos países desenvolvidos, porém, principalmente nos europeus, passos importantes já foram dados nessa direção. Graças ao acesso universal à educação e à saúde a igualdade não está mais tão distante.

A nova esquerda é uma resposta às profundas mudanças que ocorreram no mundo nos últimos 50 anos. Há ainda uma esquerda clássica, que não soube compreender plenamente essas mudanças, nem a ver alternativas, limitando-se a denunciar as injustiças que todos conhecemos e a acusar a nova esquerda de “neoliberal”.

A ampliação do conceito de neoliberalismo, nele incluindo todas as reformas orientadas para o mercado, é uma atitude inconseqüente, que rouba a seus autores uma estratégia efetiva de como governar países que além de mais justos precisam ser mais competitivos.

Em Berlim ficou muito claro que as reformas são neoliberais quando são tentativas de reduzir o Estado ao mínimo, de privatizar a previdência social geral, de eliminar a gratuidade da saúde e da educação básica. São progressistas ou de esquerda se seu objetivo for religitar e reconstruir o Estado.

A esquerda clássica confunde neoliberalismo, que é uma ideologia, com globalização, que é um fenômeno real: a integração a nível mundial da produção e do sistema financeiro; a incorporação ao mercado global de todos os países. Ao fazer essa confusão a esquerda clássica protesta contra a perda de autonomia dos estados nacionais que a globalização teria provocado.

Ora, a perda da relevância do Estado e a perda de autonomia dos estados nacionais é uma tese de direita, é uma ideologia neoliberal, que a esquerda clássica ingenuamente subscreve. Chamo essa ideologia de “globalismo” – a versão moderna do cosmopolitismo ou da falta de consciência nacional.

Na verdade a perda de autonomia dos países devido à globalização, ainda que tenha ocorrido, foi muito menor do que se afirma. Certamente a crise fiscal de seus estados, que ocorreu nestes últimos 20 anos, representou dano muito maior à autonomia do Estado, à sua capacidade de compensar os desequilíbrios sociais provocados pela globalização.

Em Berlim, nas intervenções que fizeram os 14 chefes de governo progressistas, ficou muito claro que a religitação do Estado nos países

desenvolvidos, e sua reconstrução nos países em desenvolvimento, é possível e necessária. É o programa principal da nova esquerda para contrabalançar a cegueira do mercado.

Reformas que garantam um Estado sadio no plano financeiro, um mercado livre de monopólios, e investimentos públicos em capital humano e na capacitação da competitividade das empresas nacionais, são o caminho proposto pela social-democracia para garantir o acesso à nova economia, e, mais amplamente, ao desenvolvimento com igualdade de oportunidade.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, como o Presidente Ricardo Lagos e o Presidente De La Rúa, em suas intervenções, concordaram com essas idéias, mas salientaram o caráter particular das economias em desenvolvimento, onde a pobreza é muito maior, a injustiça, muito mais presente. E onde, além da dívida interna de cada Estado, que os onera e fragiliza, temos uma dívida externa de cada país, que os coloca em permanente risco nos instáveis mercados financeiros internacionais.

Nenhum dos três presidentes que ali representavam os países em desenvolvimento pediram ajuda aos demais. Salientaram, apenas, que há uma solidariedade que une todas as nações. Uma solidariedade, ou uma interdependência, que aumentou na medida em que se aprofundava a globalização.

Por outro lado, na medida em que estes países estão ainda construindo seus estados nacionais – coisa já há muito realizada nos países ricos – não basta ao seus governantes pensar em uma política democrática social e liberal. É preciso também considerar a necessidade de implantar uma política do interesse nacional, que os países ricos já adotam há muito para si próprios, enquanto que suas elites conservadoras desenvolvem uma ideologia globalista para uso externo. Os três presidentes latino-americanos não colocaram o problema nestes termos, mas deixaram claro de que temos problemas diferentes e mais graves, que exigem soluções específicas.

A reunião de Berlim representou um passo adiante em relação à de Florença não apenas porque envolveu maior número de países e teve um discurso mais claramente de esquerda. Também porque decidiu-se, a partir de uma proposta do Presidente Bill Clinton, que se discutissem questões concretas, como as da pobreza, da mudança de clima, do comércio, da governança global. E porque esta proposta foi operacionalizada pela sugestão do primeiro ministro português, António Guterres, imediatamente aceita, de se levarem as conclusões desta e das futuras reuniões de governos progressistas para os fóruns internacionais formais, a começar pelo G-8.

A reunião de Berlim foi histórica porque demonstrou que os dirigentes políticos da nova esquerda progressista compartilham objetivos de justiça social e estratégias de como alcança-los. Mas foi também realista ao não se propor mais do que pode alcançar, que é o fortalecimento das idéias social-democratas modernas em cada um dos países.

A aposta dos dirigentes da nova esquerda presentes é a de que governos progressistas estão hoje melhor equipados do que governos conservadores para combinar a eficiência do mercado com a justiça que só o Estado pode garantir. Que hoje, mais do que nunca, os socialistas democráticos são capazes de governar o capitalismo mais competidamente do que os capitalistas. Mas que este é um problema que cada país terá de resolver por sua própria conta. Que somos nós mesmos que teremos que decidir como fortalecer o Estado, como garantir os fundamentos macroeconômicos, como tornar os mercados mais livres, como encontrar recursos para investir mais na educação e na saúde, e como eliminar as situações de pobreza extrema. Estes são terríveis desafios!

Luiz Carlos Bresser Pereira (65 anos) é professor da Fundação Getúlio Vargas. Foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado. Seu último livro é *Reforma do Estado para a Cidadania*.
www.bresserpereira.ecn.br/ [bresserpereira@uol.com.br/](mailto:bresserpereira@uol.com.br)